

Ética na política

Para Maquiavel, a moral política distingue-se da moral privada, uma vez que a ação política deve ser julgada a partir das circunstâncias vividas e tendo em vista os resultados alcançados na busca do bem comum. Com isso, Maquiavel distancia-se da política normativa dos gregos e medievais, porque não busca as normas que definem o bom regime, nem explicita quais devem ser as virtudes do bom governante. Em alguns casos, como o de Platão, a preocupação em definir como deve ser o bom governo levou à construção de utopias, o que merece a crítica de Maquiavel.

A nova ética analisa as ações não mais em função de uma hierarquia de valores dada a priori, mas sim em vista das consequências, dos resultados da ação política. Não se trata de amoralismo, mas de uma nova moral centrada nos critérios da avaliação do que é útil à comunidade: se o que define a moral é o bem da comunidade, constitui dever do príncipe manter-se no poder a qualquer custo, por isso às vezes pode ser legítimo o recurso ao mal o emprego da força coercitiva do Estado, a guerra, a prática da espionagem e o método da violência.

O pensamento de Maquiavel nos leva à reflexão sobre a situação dramática e ambivalente do governante: se aplicar de forma inflexível o código moral que rege sua vida pessoal à vida política, sem dúvida colherá fracassos sucessivos, tornando-se um político incompetente. Essas ponderações poderiam levar as pessoas a considerar que Maquiavel defende o político imoral, os corruptos e os tiranos. Não se trata disso. A leitura maquiaveliana sugere a superação dos escrúpulos imobilistas da moral individual, mas não rejeita a moral própria da ação política. Para Maquiavel, a moral não deve orientar a ação política, segundo normas gerais e abstratas, mas a partir do exame de uma situação específica e em função do resultado dela, já que toda ação política visa à sobrevivência do grupo e não apenas de indivíduos isolados.

Na nova perspectiva, para fazer política é preciso compreender o sistema de forças existentes de fato e calcular a alteração do equilíbrio provocada pela interferência de sua própria ação nesse sistema: como vimos, o desafio está em compreender bem a relação fortuna-virtu.

Com o distanciamento da política normativa dos gregos e a secularização da política, cabe ao próprio governante estabelecer caminhos. O filósofo francês Claude Lefort nos ajuda a compreender: Em definitivo, em nenhum lugar está traçada a via real da política. [...], O príncipe deve acolher a indeterminação e [...] se ele renunciar à ilusória segurança de um fundamento, terá a chance de descobrir, na paciente exploração dos possíveis, os sinais da criação histórica, e de inscrever sua ação no tempo.

Ética política hoje

A sociedade atual cultua o poder econômico, e o ser humano procura os meios que possibilitam aumentar esse poder, ficando a sociedade dividida em classes antagônicas, de um lado uma que desfruta dos benefícios do poder de outro lado os que sofrem as consequências deste poder, com isso a concepção moral também se orienta na exploração do ser humano pelo ser humano, tornando tudo lícito e coletivo sendo esquecido.

As pessoas não se sentem estimuladas a participarem da vida política do país. A apatia do eleitorado, o desinteresse em votar, facilita a ação de grupos de interesse como empresários que direcionam a ação do Estado para atender interesses privados, se distanciando dos interesses público, com o enriquecimento pessoal de muitos políticos que fazem da coisa pública um negócio privado ao favorecer aos interesses dos grandes grupos econômicos.

A crítica ética mostra o quanto a política se afastou dos princípios morais e também de seus próprios princípios, como a tecnificação da política parte-se do princípio que a política é regida por normas neutras e objetivas sendo imparcial, mas na verdade o discurso de imparcialidade serve para esconder o favorecimento dos grupos que controlam o poder, pois não existem instituições, sejam elas políticas, científicas ou educacionais que sejam neutras ou amorais.

Já que a democracia se baseia no princípio da confiança e da boa-fé, e não no medo, ela sucumbe quando a esfera do público perde transparência e se vê permeada pelo segredo e pela mentira, que é o que ocorre quando a palavra esconde e engana, ao invés de revelar, conforme determina o princípio ético da veracidade. O desencontro entre a ética e a política incomoda a todos que querem ver a presença de virtudes na condução dos negócios públicos, que querem uma informação exata e honesta dos governantes e não argumentos que justificam a mentira em benefício da sociedade, tendo a democracia como regra do jogo a transparência do poder, resguardada na constituição de 1988, apesar de haver descompassos entre a teoria e a democracia real, onde o ideal de poder do governante enquanto ser invisível que tudo vê e nada mostra.

Segundo BRECHT, "O pior analfabeto é o analfabeto político, ele não houve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo da vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais."